



GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

CDH

Conselho de Direitos Humanos



FAAP

Desde 1947

FUNÇÃO ARMANDO ALVARES PEREIRA



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO



F Ó R U M
FAAP
DE DISCUSSÃO
ESTUDANTIL

GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

De 17 a 20 de abril de 2019
São Paulo
www.faap.br
forumfaap_com@faap.br
(11) 3662-7262



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

CONSELHO DE CURADORES

Presidente

Sr^a. Celita Procopio de Carvalho

Integrantes

Dr. Benjamin Augusto Baracchini Bueno

Dr. Octávio Plínio Botelho do Amaral

Dr. José Antonio de Seixas Pereira Neto

Sr^a. Maria Christina Farah Nassif Fioravanti

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Dr. Antonio Bias Bueno Guillon

ASSESSORIA DA DIRETORIA

Assessor Administrativo e Financeiro

Sr. Tomio Ogassavara

Assessor de Assuntos Acadêmicos

Prof. Rogério Massaro Suriani

FACULDADE ARMANDO ALVARES PENTEADO

Diretor

Embaixador Rubens Ricupero

Coordenação dos cursos de Relações Internacionais e Economia

Prof^a. Fernanda Petená Magnotta

Prof. Paulo Dutra Costantin

Fórum FAAP de Discussão Estudantil - Coordenação

Prof. Victor Dias Grinberg



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ilustríssimos senhores delegados,

É com grande entusiasmo que lhes damos as mais sinceras boas-vindas ao XVI Fórum FAAP de Discussão Estudantil 2019, bem como ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH).

Nessa edição, discutiremos sobre A Violação dos Direitos Humanos em Myanmar, a fim de encontrar caminhos para acabar com o desrespeito à vida da população do país.

Sabe-se que o cenário em Myanmar tem se mostrado instável nos últimos anos devido aos atos adotados pelo governo como, por exemplo, o recrutamento de crianças-soldado, desaparecimentos forçados, tortura, detenções arbitrárias e trabalho escravo. Desse modo, o país está em uma situação de opróbrio, sendo de extrema importância a adoção de medidas que visam a restauração da boa ordem à vida do povo.

Assim sendo, nós, da mesa, colocamo-nos à inteira disposição para auxiliá-los em todo o andamento da discussão destinada a resolver a mencionada trama contra os Direitos Humanos.

Desejamos que os senhores tenham um excelente processo de estudo e a certeza de que nossa discussão será totalmente proveitosa.

Nossos melhores cumprimentos,

Daniel Taveira
Tadeu Grecco
João Abussamra



HISTÓRICO DO COMITÊ

O Conselho de Direitos Humanos, cuja sede se encontra na cidade de Genebra, é o órgão criado pela Organização das Nações Unidas em 15 de março do ano de 2006 para substituir a antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (United Nations Human Rights Office of the High Commissioner).

É constituído de 47 estados-membros, sendo os mesmos eleitos pela maioria dos integrantes da Assembleia-Geral das Nações Unidas por meio de votação direta e secreta. A Assembleia-Geral leva em consideração “a contribuição dos Estados candidatos à promoção e à proteção dos direitos humanos, bem como seus compromissos e promessas voluntárias a esse respeito”. (ONUBR – Nações Unidas no Brasil).

A composição do Conselho de Direitos Humanos da ONU baseia-se numa distribuição geográfica equitativa, possuindo cada região uma quantidade de assentos específicos no Comitê. A distribuição é feita da seguinte forma:

- 13 assentos para o grupo dos países africanos.

- 13 assentos para o grupo dos países asiáticos.
- 8 assentos para o grupo dos países da América Latina e Caribe.
- 7 assentos para o grupo dos países da Europa Ocidental e “outros Estados” (Israel, Kiribati, Turquia e Estados Unidos).
- 6 assentos para o grupo dos países da Europa Oriental.

Os membros do Conselho atuam por um período de 3 anos e não podem ser reeleitos após o exercício de dois mandatos consecutivos. (ONUBR – Nações Unidas no Brasil).

A reunião dos membros do CDH das Nações Unidas acontece três vezes por ano e seus membros eleitos analisam os registros de direitos humanos de todos os membros da Organização das Nações Unidas por meio de um processo conhecido como Revisão Periódica Universal, que dá aos países a oportunidade de apresentarem as ações que foram tomadas para aperfeiçoar o desempenho nesse quesito em sua jurisdição territorial. O Conselho pode também ser convocado para tratar de situações urgentes e realizar sessões extra-



ordinárias, quando assim se mostrar necessário. Além disso, qualquer um dos membros do Conselho pode pedir uma sessão, sendo apenas exigido o apoio de um terço dos seus participantes para que seja autorizada. (UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas).

O Conselho também envia especialistas independentes e cria comissões de inquérito para relatar violações de direitos humanos em países como Síria, Coreia do Norte, Burundi, Mianmar e Sudão do Sul, e tem que prestar contas diretamente a todos os membros da Assembleia-Geral das Nações Unidas. (UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas).

Por fim, é de responsabilidade do Conselho promover o respeito universal e auxiliar na proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, promovendo a assistência e a educação no domínio dos direitos humanos, ajudando a desenvolver o direito internacional na esfera dos direitos humanos, analisando a atuação dos Estados-membros no mesmo campo, esforçando-se por evitar abusos, respondendo a situações de emergência e servindo de fórum internacional para o diálogo sobre questões de

direitos humanos. (UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas).

HISTÓRICO DO PROBLEMA

Myanmar é mundialmente conhecida por sua constante proximidade com a violação dos direitos humanos. É em 1962, após a usurpação do poder pelos militares do país, que se podem datar as violações contra os direitos humanos. Detenção de figuras políticas contra o regime militar, banimento de partidos políticos, controle e fiscalização de conteúdo midiático e campanhas contra grupos étnicos insurgentes são alguns exemplos de medidas tomadas pelo regime.

Porém, foi no ano de 1988 que a violação dos direitos humanos em Myanmar toma notoriedade mundial após pró-democratas serem brutalmente oprimidos em manifestações pacíficas, que ocasionaram a morte de pelos menos 300 pessoas. Países como os Estados Unidos, Austrália, Canadá e países europeus começam a externar preocupação com a situação do país em fóruns como a ONU e ASEAN (Association of Southeast Asian Nations).



Em 2011, o exército de Myanmar lançou uma ofensiva contra as forças armadas de Kachin, grupo étnico cristão que lutava pela sua autonomia. O conflito levou a grandes deslocamentos e grupos de direitos humanos acusaram o exército de cometer crimes como trabalho forçado, estupro, tortura, recrutamento de menores no exército e execuções sumárias.

Os muçulmanos Rohingya também sofreram com a perseguição vinda do exército. Em 2012, travaram conflitos com os budistas de Rakhine e, após o fim do evento que deixou cerca de 200 pessoas mortas, foram considerados stateless pela lei de cidadania de 1982.

Após a transição democrática que ocorreu no país com as eleições de 2015, Myanmar testemunhou uma enorme limpeza étnica na cidade de Rakhine comandada pelo exército em agosto de 2017. O alvo foi a população muçulmana Rohingya. Estima-se que mais de 650.000 mil Rohingya tenham migrado para Bangladesh. A população Rohingya não está incluída na lista das mais de 130 etnias oficiais do governo e, portanto, não são considerados cidadãos de Myanmar. Eles não

podem viajar sem permissão oficial, possuir terras e ter mais de dois filhos por casal. Unidades militares, juntamente com milícias que pertencem a grupos étnicos de Rakhine, atacaram vilas Rohingya, cometendo massacres, estupros, prisões arbitrárias e provocaram incêndio. Mais de 340 vilas foram parcialmente ou totalmente destruídas.

A população total Rohingya é de 1 milhão. Estima-se que desde 2012, 12.000 indivíduos se encontram desabrigados após serem expulsos de seus lares pelo exército.

Grupos étnicos em Kachin e na região norte na cidade Shan também foram expulsos dos seus lares, totalizando cerca de 100.000 cidadãos.

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Milhares de Rohingya, um pequeno grupo minoritário étnico muçulmano, têm fugido da perseguição no Oeste de Myanmar, no estado de Rakhine, fomentando uma histórica e grave crise migratória (ALBERT e CHATZKY, 2018).

- Quem são os Rohingya?

Os Rohingya são um grupo étnico muçulmano minoritário, estabelecido predominantemente no Oeste do país, no estado de Rakhine. Os mesmos não são reconhecidos oficialmente pelo governo como cidadãos, sendo que, há décadas, a maioria budista de Myanmar é acusada de submetê-los à violência e discriminação (SHAMS, 2017).

Milhares de Rohingya fogem todos os anos do país, rumo à Malásia e Indonésia, de maioria muçulmana. O grupo é considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU), bem como pelos Estados Unidos, como uma das minorias mais perseguidas do mundo (SHAMS, 2017).

- Por que os Rohingya são apátridas?

Mais de 10% dos apátridas do mundo viviam em Myanmar antes da crise atual. A ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) estima que existam, atualmente, o montante de 10 milhões de apátridas (SHAMS, 2017).

A ONU parabenizou, em 2014, as reformas econômicas no país, mas manifestou “séria apreensão” no que diz respeito à volubilidade da comunidade Rohingya. A Organização exigiu acesso

à cidadania para eles, além de acesso a todos os serviços públicos. Entretanto, o governo tem recusado cidadania à minoria, que é composta por, aproximadamente, 1,1 milhão de pessoas, classificando-os como imigrantes ilegais de Bangladesh (SHAMS, 2017).

O governo afirmou que poderia conceder cidadania à minoria, caso esta se identificasse como bengali, algo que os Rohingya consideram inadmissível. A Comissão Consultiva do Estado de Rakhine, em agosto de 2017, encabeçada por Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU, divulgou um relatório indicando o problema da cidadania como sendo o maior obstáculo para a paz em Rakhine, afirmando que, se não abordada, a questão traria insegurança humana e sofrimento, além de retardar o desenvolvimento social e econômico do estado inteiro (SHAMS, 2017).

FIGURA 1 – MYANMAR E O ESTADO DE RAKHINE



Fonte: DEUTSCHEWELLE, 2017



- Quando o conflito tomou um rumo violento?

No ano de 2012, o embate entre os Rohingya e os budistas de ideologia nacionalista causou diversas mortes, fazendo com que a minoria muçulmana fugisse para Bangladesh, Indonésia, Tailândia e Malásia. Desde então, 200 mil deslocados, aproximadamente, vivem em acampamentos em Rakhine (SHAMS, 2017).

Em outubro de 2016, militantes Rohingya atacaram diversos pontos de controle de segurança, ocasionando a morte de numerosos policiais. Por conseguinte, foram lançadas operações antiterrorismo contra os rebeldes, por parte das forças de segurança birmanesas. De acordo com a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, tais operações envolveram estupro sistemático, matança arbitrária, expulsão de moradores e incêndio de casas (SHAMS, 2017).

Como consequência, por volta de 87 mil Rohingyas fugiram para Bangladesh, segundo a ONU. Ainda em 2017, após uma forte onda de violência iniciada em agosto do mesmo ano, cerca de outros 400 mil buscaram refúgio no país vizinho, atingindo a marca de 20 mil solicitações de

refúgio por dia, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) (SHAMS, 2017).

- A perseguição dos rohingya é basicamente um conflito religioso como parece à primeira vista?

Para alguns analistas, a crise seria motivada mais por questões políticas e econômicas. Segundo Siegfried O. Wolf (2017), diretor de pesquisa no South Asia Democratic Forum (SADF), sediado em Bruxelas,

Relações interreligiosas são muito complexas em Myanmar. Muçulmanos, especialmente os rohingya, são confrontados com a islamofobia profundamente arraigada de uma sociedade e Estado predominantemente budistas. Os fundamentalistas alegam que a cultura budista nacional estaria ameaçada pelos muçulmanos, ainda mais devido ao fato de Myanmar estar cercado por vários países islâmicos, como Bangladesh, Malásia e Indonésia.

Por fim, ainda segundo Wolf (2017), acrescenta-se o aspecto econômico, já que o estado de Rakhine se caracteriza por ser uma das áreas mais pobres de Myanmar (apesar de rico em recursos naturais). Dessa forma, os Rohingya são considerados



como lastro econômico adicional para o estado, ao passo que competem pelas poucas oportunidades e empregados disponíveis (SHAMS, 2017).

PANORAMAS

África do Sul

A África do Sul votou em uma Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que condena veementemente os abusos contra os Direitos Humanos em Myanmar. Além disso, em nota, a ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Lindiwe Sisulu, pediu para que seja colocado fim ao sofrimento humano causado ao povo Rohingya (DAILY MAVERICK, 2018).

Alemanha

Desde o afastamento dos militares do poder em 2011, as relações políticas entre Alemanha e Myanmar mostraram uma evolução, dado que a Alemanha se dispôs a enviar ajuda para a reconstrução do país (DEUTSCHLAND.DE, 2014).

Arábia Saudita

A Arábia Saudita acompanha com grande preocupação os desastres que vêm ocorrendo em Myanmar. O embaixador Abdulaziz Al-Wasil se mostrou indignado com os acontecimentos e afirmou que, recentemente, o país forneceu ajuda no valor de US\$ 50 milhões para o povo Rohingya com a finalidade de apoiar programas de reabilitação ligados à educação e saúde (SAUDI GAZETTE, 2017).

Argentina

A Argentina mantém relações diplomáticas com Myanmar desde 1975. No ano passado, os dois países cooperaram significativamente no que diz respeito aos produtos agrícolas, fechando acordos que contribuiriam para o crescimento da economia de ambos os países (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO, 2018).



Austrália

Desde 1952, a Austrália tem relações diplomáticas com Myanmar. Em junho de 2018, a Anistia Internacional fez uma declaração pedindo que a Austrália cortasse, com urgência, todos os laços financeiros com as Forças Armadas de Myanmar. Todavia, o país afirmou que não o faria e enviou AU\$ 400 mil para o exército com a finalidade de treinamento em assistência em desastres, assistência humanitária, manutenção da paz e aulas de inglês (THE GUARDIAN, 2018; DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE, 2018).

Bélgica

O ministro das Relações Exteriores da Bélgica, Didier Reynders, afirmou que o país acompanha a situação de Myanmar com grande atenção. O mesmo disse que é urgente que sejam liberadas ajudas humanitárias ilimitadas (visto a proibição feita por políticos e militares) e tomadas medidas para, em longo prazo, a vida da população de Myanmar retornar à normalidade (FOREIGN AFFAIRS, FOREIGN TRADE AND DEVELOPMENT COOPERATION, 2017).

Brasil

O Brasil mantém relações diplomáticas com Myanmar desde 1982. Entre os anos 2000 e 2008 (época em que vigorava o Regime Militar), Paulo Sérgio Pinheiro, brasileiro, foi nomeado relator especial da ONU para a situação dos Direitos Humanos em Myanmar (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018).

Chile

O Ministério das Relações Exteriores do Chile publicou uma nota na qual lamenta a grande violência em Myanmar e faz um pedido para que sejam tomadas medidas para conter o aumento da mesma, que causou o êxodo de milhares de pessoas em busca de refúgio em diversos países. Ainda, faz um apelo ao governo de Myanmar para não impedir a presença de funcionários das Nações Unidas em seu território, a fim de averiguarem a violação dos Direitos Humanos (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 2017).



China

China e Mianmar compartilham, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, uma fronteira geopoliticamente estratégica de aproximadamente 2,2 quilômetros de extensão. A República Popular da China veio a proteger Mianmar de sanções nas Nações Unidas e oferece apoio retórico e material para o manejo dos chamados ataques terroristas. De acordo com o principal diplomata chinês, “a questão do povo Rohingya não deve ser complicada, expandida ou internacionalizada”. (UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE; REUTERS)

Cuba

A República de Cuba demonstra-se interessada em fortalecer sua relação com Mianmar, aumentando os laços políticos, econômico-comerciais e de cooperação entre as duas nações, de acordo com uma reunião entre a representante cubana Inés María Chapmane e o representante de Mianmar Kyaw Tint Swe. Cuba foi um dos países a não apoiar a resolução da ONU para estabelecer uma missão internacional independente no Estado de Mianmar (ALJAZEERA; RADIO CADENA AGRAMONTE).

Emirados Árabes

Os Emirados Árabes Unidos foram um dos primeiros países a fornecer apoio político, diplomático e humanitário ao povo Rohingya em Mianmar, além de exigir que os atos brutais que estavam sendo praticados cessassem quanto antes. Os Emirados Árabes já proporcionaram ajuda em forma de projetos de socorro e de desenvolvimento no valor equivalente a US\$ 7 milhões. (INTER PRESS SERVICE)

Estados Unidos

Os Estados Unidos da América já prometeram, em setembro de 2018, providenciar US\$185 milhões de dólares para ajudar com alimentos, água, assistência médica e outras situações críticas os refugiados Rohingya que se encontram abrigados em Bangladesh. Mianmar já se encontra na “lista negra” do estado norte-americano dos países que não combatem o tráfico de pessoas devido às agressões do exército contra os Rohingya no estado de Rakhine. Segundo Mike Pence, vice-presidente dos Estados Unidos, a



violência contra os Rohingya é imperdoável, e os responsáveis deverão responder por seus atos. (EM; UOL Notícias; G1)

Espanha

O Escritório de Ação Humanitária da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ativou a convenção de emergência que tem em vigor com a Cruz Vermelha espanhola para intervir em Bangladesh com uma contribuição de 200.000 euros para oferecer assistência por meio do fornecimento de água e saneamento ao país, especificamente na construção de latrinas, áreas seguras de higiene para mulheres e meninas, espaços para lidar adequadamente com o lixo e na realização de campanhas de limpeza. (MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y COOPERACIÓN DEL GOBIERNO DE ESPAÑA)

Etiópia

A Etiópia é uma potência regional na África e mantém relações próximas com o Ocidente. No cenário internacional, mantém um perfil ativo.

A República Democrática Federal da Etiópia afirmou que a situação no estado de Rakhine é complexa e deve ser resolvida por meio de um esforço abrangente, diplomático e de desenvolvimento. Além disso, declarou que todas as formas de discurso de ódio que incitam à violência devem terminar. (MODEL UN ON THE SITUATION IN MYANMAR 2018)

Iraque

O Ministério das Relações Exteriores do Iraque denunciou as atrocidades brutais cometidas pelas autoridades de Mianmar contra os muçulmanos Rohingya de Mianmar.

Em comunicado, o porta-voz do ministério, Ahmed Gamal, pediu às Nações Unidas e a todas as organizações de direitos humanos que tomem as medidas necessárias para impedir esses massacres brutais. (THE BAGHDAD POST)



México

O Ministério das Relações Exteriores do México expressou sua profunda preocupação com a escalada da violência contra a minoria muçulmana Rohingya, reiterando seu repúdio a todas as formas de violência, assim como seu apoio incondicional à solução pacífica de controvérsias e seu compromisso de proteger e defender os direitos humanos. Chegou a pedir, também, às partes envolvidas para que exerçam a máxima contenção e que protejam a população civil, garantindo o acesso à ajuda humanitária para aqueles que dela mais necessitam. (GOB.MX)

Mongólia

A Mongólia possui uma relação próxima com Mianmar, essa proveniente de uma reunião entre seus presidentes, em que ambas as partes concordaram em cooperar no compartilhamento de experiências sobre o desenvolvimento de minerais de qualidade, melhorando assim o ambiente legal, trocar acadêmicos em geologia e expandir a parceria na Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas. (UB POST)

DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL (DPO)

No Documento de Posição Oficial, cada delegado deverá expor seu posicionamento acerca do tema. Trata-se de um texto de uma página, que representa um dos instrumentos de avaliação da mesa diretora. Além disso, o DPO também servirá de base para eventuais consultas dos outros delegados. Portanto, é necessário esmero na redação.

O DPO deverá ser elaborado respeitando as normas básicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que se resumem em: fonte Times New Roman tamanho 12, recuo de primeira linha de 1,25, parágrafo justificado, espaçamento entre linhas 1,5 e notas de rodapé com fonte Times New Roman tamanho 10 e espaçamento simples. As margens do documento deverão ser de 2,00 na esquerda, direita, superior e inferior.

O documento total deve estar limitado a uma página, devendo conter no topo superior direito da folha o símbolo do comitê e o brasão de armas do país no canto superior esquerdo. Abaixo das imagens, deve estar presente no documento um



breve cabeçalho com o tema do comitê, o nome da delegação e do delegado. O delegado deve assinar no fim do documento.

Para auxiliar a elaboração do DPO, é importante se guiar pelas seguintes perguntas:

1. Qual a participação/posicionamento do seu país a respeito do tema?
1. Quais são as possíveis soluções a serem encontradas para amenizar a questão?
1. O seu país é capaz de contribuir de alguma forma com tais soluções?
1. Qual a importância da reunião desse comitê para o processo de combate à violação dos Direitos Humanos em Myanmar?
1. Quais são as ações imediatas que os países podem tomar para acabar com a violação dos Direitos Humanos em Myanmar?

Lembre-se de que essas perguntas servem apenas para direcionamento da pesquisa. O DPO deve ser elaborado em texto corrido e não em forma de perguntas e respostas.

Na elaboração do DPO, deve ser evitado o uso de verbos em primeira pessoa e estilos como negritar, sublinhar, colocar em itálico e sombrear. Lembre-se de que se trata de um documento formal, portanto, não é permitido o uso de estruturas linguísticas coloquiais.

Não se esqueça de ater-se à política externa do país representado ao elaborar o documento, pois incoerências entre a posição oficial apresentada no DPO e a postura nos debates serão contabilizadas na avaliação final.

A prática de plágio é crime, se o plágio for detectado no DPO de alguma delegação, ela terá seu documento anulado e sua nota referente ao DPO zerada, portanto procure fazer o documento com suas palavras para evitar problemas.

A mesa diretora irá recolher o documento na primeira sessão ocorrida no primeiro dia do evento, e as notas deverão ser devolvidas ao fim do evento.



REFERÊNCIAS

<https://www.dw.com/pt-br/entenda-o-conflito-em-torno-dos-rohingya-em-myanmar/a-40517106>

<https://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-expresses-concern-over-the-situation-of-the-rohingya-minority-in-myanmar?idiom=en>

<https://www.usip.org/publications/2018/09/chinas-role-myanmars-internal-conflicts>

<https://www.reuters.com/article/us-myanmar-rohingya-china/china-says-rohingya-issue-should-not-be-internationalized-idUSKCN1M8062>

<http://ipsnews.net/wam/es/2018/05/12/eau-desempena-papel-eficaz-en-apoyo-a-refugiados-rohingya/>

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/24/eua-prometem-us185-milhoes-em-ajuda-para-rohingyas-de-myanmar.ghtml>

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/11/14/interna_internacional,1005596/eua-dizem-que-violencia-contra-os-rohingyas-de-myanmar-e-imperdoavel.shtml

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/06/28/eua-incluem-bolivia-e-myanmar-em-sua-lista-negra-de-trafico-de-pessoas.htm>

<http://www.cadenagramonte.cu/english/show/articles/28438:cuba-and-myanmar-strengthen-ties>

<https://www.aljazeera.com/news/2017/05/appoints-team-probe-crackdown-rohingyas-170530133709053.html>

http://www.exteriores.gob.es/Portal/en/SalaDePrensa/NotasdePrensa/Paginas/2017_NOTAS_P/20171107_NOTA141.aspx

https://fn.se/wp-content/uploads/2018/02/Model_UN_Myanmar_2017.pdf

<https://www.thebaghdadpost.com/en/Story/16768/Iraq-calls-on-UN-to-stop-atrocities-against-Myanmar-s-Rohingya-Muslims>



<http://ubpost.mongolnews.mn/?p=15128>

<https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-12990563>

https://www.researchgate.net/publication/312942444_Human_Rights_Violations_in_Myanmar_and_the_Military_Junta's_Defensive_Human_Rights_Diplomacy

https://www.researchgate.net/publication/312942444_Human_Rights_Violations_in_Myanmar_and_the_Military_Junta's_Defensive_Human_Rights_Diplomacy

<https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/burma>

<https://www.dailymaverick.co.za/article/2018-11-23-south-africa-will-reverse-its-vote-on-myanmar/>

<https://www.deutschland.de/pt-br/topic/politica/desenvolvimento-dialogo/60-anos-de-relacoes-diplomaticas-com-myanmar>

<http://saudigazette.com.sa/article/543750/SAUDI-ARABIA/Myanmar-an-issue-of-grave-concern-Saudi-Arabia>

<https://cancilleria.gob.ar/en/news/releases/myanmar-market-opening-argentine-exports-corn-soy-peas-and-potatoes>

<https://www.theguardian.com/world/2018/jun/27/australia-urged-to-cut-ties-with-myanmar-military-over-rohingya-atrocities>

<https://dfat.gov.au/geo/myanmar/Pages/myanmar.aspx>

https://diplomatie.belgium.be/en/newsroom/news/2017/minister_reynders_calls_for_concrete_measures_in_favor_of_rohingyas

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5575-uniao-de-myanmar>

<https://minrel.gob.cl/gobierno-de-chile-lamenta-violencia-en-myanmar/minrel/2017-09-14/123410.html>